COMBATE À PANDEMIA EM MINAS GERAIS
IDEOLOGIA ECONÔMICA E DEFESA DA VIDA

Chega ao fim um ano atípico, assolado pela maior pandemia que já se abateu sobre o território nacional. Em Minas Gerais, os problemas, já antes numerosos e complexos, foram bastante agravados nesse ano pelo desafio de se combater a covid-19, que precipitou o agravamento das já fragilizadas contas públicas.

Escolhas políticas e concepções ideológicas, em tal contexto, podem ter feito grande diferença, na medida em que se exacerbou o conflito entre ganhos econômicos e preservação da vida. Ambos os fatores vêm mostrando um entrelaçamento inequívoco. Contudo, paradoxalmente, no Brasil tem prevalecido a obstinação de tratá-los como antagônicos, supondo-se possível manter em funcionamento a economia, enquanto cresce o número de mortos pela doença.

A última edição de *Contextus* deste ano faz uma análise das políticas de enfrentamento à pandemia pelo governo do estado de Minas Gerais. Parte-se da constatação de que há uma profunda identidade ideológica entre os governos de Romeu Zema (Novo) e do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Reproduzem-se aqui no estado algumas das principais crenças que têm marcado a conduta do governo federal no enfrentamento dessa crise sanitária.

Saiba mais sobre a gestão da pandemia em Minas acessando o *site* do Nesp:

Caminhos da pandemia em Minas Gerais: desafios políticos

Contextus, n.38, maio, 2020.

https://nesp.pucminas.br/wp-content/uploads/2020/05/Contextus-038-mai2020.pdf

Além da predileção pela convicção ideológica em lugar do pragmatismo na administração da coisa pública, infere-se que, no atual governo mineiro, uma tendência a optar preferencialmente por medidas que favoreçam à produção econômica e aos negócios, em detrimento do fortalecimento de políticas públicas. Ao longo deste texto, faz-se um levantamento das situações recentes que tornam explícita essa compreensão.

No caminho, apresentam-se números que sugerem que as contas públicas do estado já escaparam do controle. Profundamente agravadas pelas perdas econômicas em razão da pandemia, as finanças do estado chegarão a 2021 com o histórico déficit orçamentário bastante aprofundado, sugerindo horizontes tenebrosos para Minas Gerais no terceiro ano de mandato do atual governo.

POLITIZAÇÃO DA VACINA DOMINA CENÁRIO POLÍTICO EM MINAS GERAIS

O alinhamento ideológico do governo Zema com o bolsonarismo é notório. A ostentação dessa proximidade está registrada em toda parte, na imprensa e nas redes sociais. Do mesmo modo, são públicos os sinais de que essa relação trouxe escasso benefício para o estado mineiro.

No entanto, não existem sinais de que a crise causada pela pandemia tenha esgarçado essa relação. O governador segue afirmando que o governo federal é um "parceiro" que auxilia Minas Gerais em "tudo o que é possível". No mesmo discurso, o governador fez duras críticas ao Congresso Nacional e à Assembleia Legislativa, atribuindo ao Legislativo o atraso nas reformas necessárias.

A vizinhança ideológica dos dois governos – federal e estadual – pode ser pressentida também na maneira como ambos vêm tratando a pandemia. O governador Zema tem declarado não enxergar qualquer vantagem em confrontar o Ministério da Saúde ou o presidente da República, mesmo quando governadores de outros estados já vinham denunciando há tempos a atitude errática do governo Bolsonaro diante da pandemia.

Tangenciando um comportamento meramente supersticioso, o governo federal tem dispensado a exigência de base científica para alimentar a esperança de que o contágio será suspenso quando dado percentual da população tiver sido atingido. Reafirmam-se crenças em medicamentos cuja ineficácia vem sendo mundialmente reconhecida. Ainda neste mês de dezembro, anunciou-se a intenção de gastar centenas de milhões de reais na distribuição de um medicamento que, com grande investimento público, já fora produzido sem comprovação de sua efetividade. São, além disso, abundantes as advertências quanto aos riscos do uso de tais medicações, exceto em condições rigorosamente controladas.

O governo federal tem tratado a pandemia como um fenômeno da natureza inevitável ou mera fatalidade. Com essa atitude naturalizadora, pretende-se derivar que o governo não poderia ser responsabilizado pelo desastre. Tal pretensão vem sendo desmentida pelos fatos: a maneira como governos lidam com a situação tem feito a diferença na extensão e na gravidade com que a pandemia está castigando os diversos países.

No mês de dezembro, um fato novo modificou o caráter da já intensa corrida pela vacina. Alguns estados da União começaram a negociar com laboratórios ou centros de pesquisa responsáveis pela produção nacional das vacinas. À medida que a pesquisa sobre os imunizantes avançou até os estágios finais com demonstração de resultados aceitáveis começou a crescer a pressão interna pela aplicação da vacina no Brasil. Estados e municípios começaram a se preocupar com o problema logístico da vacinação, tratando então de adquirir vacina, seringas e agulha.

Outros países já começaram a imunizar sua população, enquanto aqui continuava a discussão que já poderia ter sido superada há décadas sobre o uso ou não de vacinas. Declarações publicadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sinalizaram que essa agência pode estar submetida ao policiamento ideológico promovido pelo governo Bolsonaro ao recusar, por exemplo, a CoronaVac por mero preconceito, como se se tratasse de uma vacina comunista, dada sua origem chinesa.

FALTA UM PLANO CONSISTENTE PARA VACINAR A POPULAÇÃO

Na primeira metade de dezembro, ocorreu uma mudança na configuração política do problema. O foco agora está deixando de ser a pandemia em si mesma, como uma fatalidade, à medida que vem surgindo a pergunta pela razão de não existir ainda um plano nacional para aquisição da vacina e imunização popular. Em face dessa mudança na maneira como se põe o problema, o comportamento negacionista adotado pelo governo federal, que antes vinha sendo tratado como uma idiossincrasia ou mero fundamentalismo ideológico, passou a chamar a atenção como falta de competência técnica para lidar com a covid-19.

Houve, portanto, uma escalada no debate público sobre o enfrentamento da pandemia. Opositores ao governo federal consideram que o Ministério da Saúde está paralisado. Afirmam que o governo Bolsonaro está preso em um negacionismo estéril e resignado diante dos números galopantes que indicam um crescente contágio, com a assustadora cifra de duzentos mil mortos já apontando no horizonte. Já se fala em uma segunda onda da doença, quando, ao que parece, o Brasil nem chegou a superar a primeira.

Há alguns dias, o combate à pandemia se transformou em um confronto aberto entre o Ministério da Saúde e governadores. O caso mais emblemático foi o embate do governador de São Paulo que, tomando a dianteira, tratou de produzir a vacina localmente, por meio do instituto Butantan, em consórcio com o laboratório chinês Sinovac Life Center.

O governador João Dória (PSDB) foi duramente criticado por sua conduta, associada a sua campanha como potencial candidato à Presidência da República em 2022. Seja como for, ao menos por enquanto, o governo federal parece ter sido forçado a mostrar uma atitude mais positiva em face dos acontecimentos acelerados, dessa forma, pelo governador paulista.

Exacerbou-se, com isso, a crítica que há muito vinha sendo feita à inabilidade do governo federal para assumir a necessária coordenação das atividades de combate à pandemia. O Ministério da Saúde parece haver sucumbido à pressão ideológica do governo Bolsonaro e não vinha se mostrando empenhado em conduzir uma campanha nacional de vacinação. Nestes meses, a Anvisa vinha sendo usada pelo governo Bolsonaro para criar empecilhos ao desenvolvimento da CoronaVac em solo nacional.

Sustentava-se para isso em argumentos fundados em opinião, na medida em que não chegou a apresentar fatos suficientes para embasá-los.

Desde o acontecimento político criado por João Dória, o Ministério da Saúde e, em particular, a Anvisa vêm apresentando propostas de regulação e um plano de aplicação da vacina, ainda que suas propostas estejam cercadas de polêmicas.

O principal resultado desse embate reside no fato de ter restado claro que a Anvisa não pode ser usada pelo governo para se interpor à aplicação de uma vacina que já estiver reconhecida fora do Brasil. O princípio constitucional que coloca a saúde como obrigação do Estado e direito do cidadão tem sido relembrado para garantir que nenhum governante pode sonegar impunemente o cumprimento dessa obrigação que a legislação lhe impõe.

Apesar disso, quase semanalmente têm aparecido notícias que indicam a precariedade da ação do Ministério da Saúde e sua preferência por procedimentos discutíveis. Em dezembro, veio a público a notícia de que mais de R$ 250 milhões estariam em vias de serem gastos com a distribuição de medicamentos sem eficácia demonstrada e cujo uso, como dito acima, é restringido por severas advertências quanto a seus potenciais efeitos colaterais.

Comissão para a Ecologia Integral e Mineração da CNBB questiona acordo sobre Brumadinho

Quase um ano depois do crime da Vale em Brumadinho, as negociações do Termo de Ajustamento de Conduta têm sido conduzidas sem participação da sociedade civil:

"Desconsiderar a participação popular é negar a centralidade das vítimas no processo de reparação e, em última instância, desconsiderar o caráter democrático na tutela do interesse público."

Conheça esta Comissão no *site* da CNBB: https://cutt.ly/chHrl8E

Se o interesse implícito do governador João Dória (PSDB) era o de conquistar protagonismo e fazer-se conhecido junto à opinião pública fora de seu estado (São Paulo), pode-se dizer que, ao menos em parte, seu intento se realizou. Começaram a surgir questionamentos quanto aos motivos que deixaram a população de São Paulo mais próxima da vacinação do que os moradores de outros estados. Na sequência, outros governos estaduais e municipais começaram a negociar com o Instituto Butantan (SP), para aquisição da CoronaVac, e com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz – RJ), que produzirá a vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford e a farmacêutica AstraZeneca. Outras vacinas também estão sendo estudadas e se encontram próximas à fase de produção em larga escala.

Há entre os especialistas um consenso ao afirmar que a melhor estratégia seria adotar uma campanha federal, conduzida pelo Programa Nacional de Imunização (PIN), órgão do Ministério da Saúde, criado há quase meio século, responsável por experiências bem sucedidas de vacinação em todo o território

nacional. Apenas em um cenário de ausência do governo federal, dizem tais estudiosos, é que estados e municípios teriam de chamar para si tal responsabilidade.

GOVERNO ZEMA ESPERA PROTAGONISMO FEDERAL NO COMBATE À PANDEMIA

Em relação aos fatos narrados acima, o governo Zema optou por uma abordagem negativa dos acontecimentos. Em entrevista concedida à rádio **Super 91,7 FM** (10 dez. 2020), o governador criticou o protagonismo de João Dória, descrevendo suas práticas como formas de "iludir a população" em busca de palanque.

A crítica se estendeu também à política de combate à pandemia conduzida pela Prefeitura de Belo Horizonte. De fato, nos dias que se seguiram à polêmica de João Dória, também o prefeito Alexandre Kalil (PSD) havia anunciado medidas para garantir a vacinação da população da Capital, como a negociação com o Instituto Butantan e a Fundação Oswaldo Cruz.

Também foi anunciada uma parceria com a UFMG para garantir os *freezers* necessários à manutenção da vacina da Pfizer em temperatura inferior a setenta graus negativos. A prefeitura da Capital garante ter tudo pronto para aplicar qualquer uma das vacinas que primeiro se tornar disponível, tendo inclusive o necessário suprimento de agulhas e seringas.

Em meados de dezembro, o prefeito Alexandre Kalil e o governador João Dória se encontraram em São Paulo para formalizar o acordo que poderá vir a garantir a vacinação prioritária aos profissionais da saúde na capital mineira. Na ocasião, o prefeito afirmou tratar-se de um plano B, a ser posto em ação caso o governo federal não efetive, no devido tempo, uma campanha nacional de imunização.

O governador criticou esse tipo de protagonismo, alegando ser necessário esperar a iniciativa centralizada do Ministério da Saúde. No auge da discussão provocada pelo anúncio do início da vacinação em São Paulo para janeiro, o governo mineiro declarou que a vacinação em Minas Gerais iria obedecer ao plano federal. De acordo com afirmações do governador, os movimentos de governos estaduais e municipais seriam ações populistas: agradam ao público, mas teriam pouca eficácia na medida em que o processo será conduzido pelo Ministério da Saúde.

Ao mesmo tempo em que critica esse tipo de protagonismo, o governador tem afirmado que, em Minas Gerais, todos os que quiserem ser vacinados terão acesso à vacina. Diz haver planos alternativos e que não faltarão os suprimentos. Tem prevalecido, contudo, no discurso de Romeu Zema a queixa contra outros políticos, acusando-os de populismo e de uso político, ao invés de apresentar positivamente as ações de seu governo.

O governador tem repetido em Minas as mesmas ideias do presidente Bolsonaro no que diz respeito à defesa da livre adesão dos cidadãos à vacina, em vez da imunização obrigatória. Romeu Zema tem afirmado que "todo brasileiro merece ser vacinado, caso queira". Não obstante, quando lhe foi objetivamente perguntado sobre sua adesão ao discurso bolsonarista, o governador recusou enfaticamente a existência de um alinhamento com o governo federal. Num jogo de palavras de político típico, o governador respondeu que seu alinhamento é com o povo.

O problema que emerge nessa situação é o já mencionado enfrentamento da pandemia em bases ideológicas que tem caracterizado a atuação do governo Bolsonaro. Teme-se que se dê, nos próximos meses, uma corrida às vacinas, com estados e municípios em franca competição. Ficando à espera de um plano de condutas a serem adotadas no país, pode ser que se torne demasiadamente tarde para Minas Gerais adotar medidas locais.

A declarada sujeição de Minas Gerais aos ditames de um Ministério da Saúde governado com critérios contestáveis causou rebuliço nas redes sociais. O jornal **Estado de Minas** encomendou um levantamento sobre as reações ocorridas no *Twitter* após a divulgação dessa intenção do governo mineiro. Constam mais de trinta mil interações com o perfil do governador naquela data, muito acima da média diária de pouco mais de cinco mil. O jornal constata que 64,02% dos comentários eram contrários a tal escolha.

À revelia do que diz o governador, porém, observa-se a identidade entre os dois governos (federal e estadual) se revela até detalhes menores. Na sabatina feita pela Assembleia, o secretário-adjunto de desenvolvimento econômico do governo estadual repetiu diante dos deputados o mesmo argumento sustentado pelo ministro da saúde, segundo o qual as eleições teriam contribuído para o recrudescimento da pandemia.

Essa afirmação já havia causado polêmica quando feita pelo ministro, porque não se fez acompanhar de nenhum dado que comprovasse a correlação entre os dois acontecimentos. Ao mesmo tempo, parece estar sendo desconsiderado o aumento das aglomerações, no mesmo período, causadas por outras atividades, como a retomada do comércio e o relaxamento do distanciamento social por parte da população, estimulado pelo próprio negacionismo praticado pelo governo federal.

A possibilidade de uma vacinação compulsória foi discutida também na Assembleia Legislativa durante os debates referentes ao projeto de lei em que se estabelecia como obrigatória ao estado a compra da vacina que primeiro estiver disponível. A lei, aprovada neste mês, estabelece que a vacinação será facultativa e gratuita. Também regulamenta a possibilidade de o estado comprar as vacinas e outros materiais, mesmo sem registro na Anvisa, quando tais suprimentos tiverem sido aprovados por agências similares no exterior.

A referida lei estadual apenas aplica os regulamentos federais específicos para o enfrentamento da presente pandemia (Lei n. 13.979 e Lei 14.006, ambas de 2020). Seu alcance político, porém, pode ser maior, já que obriga o governador a tomar providências, no caso de as medidas cabíveis não terem sido adotadas, no momento devido, pelo Ministério da Saúde.

Instituições de apoio à pesquisa em Minas Gerais não recebem recursos previstos na Constituição

Oficialmente, o governo mineiro tem concentrado sua atuação de combate à pandemia garantindo apoio às pesquisas científicas e promovendo ações que possam atrair empresas e investimentos para o estado. No leque de suas ações, estariam também outras políticas de desenvolvimento regional e urbano.

No entanto, a prioridade com que, supostamente, a pesquisa estaria sendo tratada pelo governo mineiro vem sendo questionada. As universidades estaduais (Uemg e Unimontes), bem como a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), executam atualmente apenas 25% do valor de que dispunham em 2016. O governo já vinha retirando recursos e diminuindo o fomento à pesquisa. Quando a pandemia chegou, a estrutura do estado para contribuir na pesquisa e no combate à doença estava muito avariado.

Estudantes, professores e técnicos administrativos de instituições de ensino técnico e superior têm promovido manifestações ao longo dos últimos meses. Em agosto, professores e pesquisadores de instituições de pesquisa científica entregaram ao governador uma carta em que declaravam apoio à Fapemig, que é a instituição de apoio à pesquisa mais importante do estado.

No final de novembro, houve manifestações em instituições de ensino e pesquisa em diversas partes do estado. Protestava-se contra a diminuição do investimento e exigia-se o repasse de um por cento da receita corrente ordinária que, por determinação da Constituição Estadual (art. 212), deveria estar sendo creditado à Fapemig. Os manifestantes reivindicam que os recursos para cumprimento dessa obrigação deveriam ser obtidos pela redução

Governo propõe fusão de Emater e Epamig

Emater e Epamig são responsáveis pelos serviços públicos de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária em Minas Gerais. O Sindicato dos Trabalhadores da Extensão Rural (Sinter – MG) adverte:

"A intenção do governo com a fusão segue a linha de desmonte do serviço público. Primeiro realiza PDVs esvaziando as empresas, em seguida direciona à fusão, e depois abre seu capital à iniciativa privada, através de *holdings*."

Saiba mais:
www.sinter-mg.org.br

da renúncia fiscal que, segundo dizem, beneficia certos segmentos econômicos sem que esteja clara a efetiva contrapartida dessas empresas para a sociedade mineira.

Os pesquisadores têm confrontado o discurso governamental, segundo o qual a pesquisa é prioridade. Afirmam que, desde 2019, o governo Zema interrompeu cerca de cinco mil bolsas de iniciação científica e diversos editais de fomento à pesquisa vêm sendo cancelados. O abandono da pesquisa por parte do governo estadual se torna ainda mais grave quando se considera que também o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações têm feito cortes orçamentários.

De acordo com o governo, os investimentos em pesquisa estão abaixo da prescrição constitucional por causa da diminuição da arrecadação. Os críticos, porém, têm insistido em dizer que esse fato revela, antes, uma escolha do atual governo. Na primeira quinzena de dezembro, o governador Romeu Zema assinou um pacote de investimentos de R$ 1,9 bilhão capaz de gerar pouco menos de três mil empregos. Apenas treze empresas, de diferentes regiões do estado e distintos setores econômicos, serão as destinatárias desse dinheiro.

Um caso emblemático dessa linha de pensamento que privilegia os aspectos econômicos deixando em segundo plano a participação social e outros aspectos ligados ao bem comum é a maneira como vem sendo negociada a restauração da região atingida após a ruptura da barragem em Brumadinho. O governo tem tratado apenas dos "danos coletivos econômicos e sociais causados ao Estado". A própria Comissão para a Ecologia Integral e Mineração (CNBB) se manifestou, ressentindo-se da ausência do governo quando estão em questão os direitos dos atingidos pela ruptura na Mina Córrego do Feijão.

IMPASSES DO GOVERNO ZEMA COM SERVIDORES DA SAÚDE, DA EDUCAÇÃO E DA SEGURANÇA PÚBLICA

O governo vem acumulando descontentamentos com sua gestão de alguns setores do funcionalismo público. Mesmo no campo da segurança – área que tem sido privilegiada no governo Zema – há polêmica. Já em dezembro, viu-se na Capital a manifestação organizada pelos candidatos excedentes dos concursos públicos para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. A decisão de não convocar as pessoas já aprovadas em concurso contrasta com o déficit de contingente nas duas corporações e os altos custos de se promover nova seleção no futuro.

Além disso, uma matéria publicada no jornal **O Tempo** chama a atenção para a previsão orçamentária do próximo ano. Constata-se que saúde e educação terão um reajuste abaixo do índice inflacionário dos últimos doze meses. Considerando-se o mês de outubro, quando o orçamento é feito, a inflação do período é de 4,02%. No entanto, os gastos na saúde teriam sido reajustados em 2,04%. Também os gastos com educação teriam recebido reajuste menor, já que estão previstos 1,37%. O governo

argumenta que esses índices refletem a arrecadação menor ocorrida em 2020 e que o investimento determinado pela Constituição em cada uma dessas rubricas será cumprido. O estado deve investir 12% da receita corrente líquida em saúde; a educação recebe 25% desse mesmo montante.

Outro impasse com que o governo teve de lidar foi a situação de quase cinquenta mil servidores, cujos contratos têm prazo determinado. O conflito se criou quando o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a maneira como tais contratos haviam sido realizados. Para sanar o problema, o governo estadual enviou à Assembleia um projeto de lei pelo qual se regulamentaria a admissão de profissionais, em caráter temporário, em face de excepcional interesse público.

Em meio a impasses e negociações, que ocuparam a Assembleia durante praticamente todo o mês de dezembro, o referido projeto acabou sendo aprovado em primeiro turno. Espera-se que a decisão final seja dada antes do recesso parlamentar.

Entre os servidores ameaçados de demissão em massa, havia quarenta mil no campo da educação e 8,4 mil de outros setores. Entre esses últimos, encontram-se milhares de servidores da saúde, cuja demissão poderia ter levado ao colapso do já debilitado serviço de atendimento da rede hospitalar estadual. Os trabalhadores desse setor exigem a abertura de concurso público. O governo alega, porém, que a Lei da Responsabilidade Fiscal impede o aumento dos gastos com pessoal no estado e propõe, portanto, apenas a regulamentação do contrato temporário ao invés de abrir o concurso. Segundo os servidores, apenas um concurso poderia sanar o impasse ao invés de apenas adiá-lo.

Os problemas são muitos. O décimo-terceiro salário dos servidores terá pagamento parcial neste ano. Serão pagos integralmente apenas aqueles que têm até R$ 2 mil a receber. Isso significa que apenas 39% da folha de pagamento será quitada. O estado deverá encontrar recursos para pagar o restante do valor devido. Para este e outros problemas das contas em Minas Gerais, o governo tem insistido que a única saída é vender as empresas públicas.

O governo tem celebrado sua capacidade para efetuar esse pagamento, ainda que o faça de forma contingenciada. Nem sempre o tom celebrativo adotado ao tratar da questão revela que a quitação parcial dessa despesa só se tornou possível em razão das liminares que o Supremo Tribunal Federal concedeu já no atual governo e que vinham sendo buscadas há bem mais tempo.

As contas insolúveis de Minas Gerais

Graças às decisões judiciais referidas acima, o Estado de Minas Gerais foi desobrigado de pagar mensalidades em valor superior a R$ 700 milhões, referentes a dívidas com a União. Livre desse desembolso, muitos dos ajustes que vêm sendo encampados pelo governo atual se viabilizaram. Por outro lado, a dívida pública do estado vem acumulando um passivo bilionário que tem piorado muito desde

a obtenção das liminares. Suspenso o pagamento da dívida sem uma negociação envolvendo acordo entre as partes, os juros e outros custos da inadimplência seguem incidindo.

Além do problema estrutural que compreende as dívidas e a incongruência entre arrecadação e custos, o governo teve de enfrentar, em 2020, a queda de arrecadação causada pela pandemia que teria ficado em torno de R$ 3 bilhões. Tal perda só não foi maior graças à complementação feita pelo governo federal no Fundo de Participação dos Municípios e dos Estados que cobriu uma parte do déficit de arrecadação sofrido pelo estado em razão da pandemia. Minas Gerais recebeu uma compensação de R$ 2,9 bilhões e mais R$ 446 milhões para gastos com saúde.

Segundo o governo, os meses de novembro e dezembro assinalam uma recuperação fiscal. No entanto, as perspectivas para 2021 podem não ser positivas devido ao risco de recrudescimento da pandemia. Várias cidades mineiras estão regredindo para fases mais restritivas dentro do plano de contingência que o governo adotou para lidar com a pandemia.

Nesse chamado "Programa Minas Consciente", prevê-se a progressão da retomada das atividades econômicas. No entanto, desde o início de dezembro os números que retratam o avanço da pandemia em Minas Gerais apontam piora, de forma que, em meados de dezembro, já se viam números tão ruins quanto aqueles do auge da pandemia que se deu em junho. Muitas cidades estão em risco de fechar novamente suas atividades comerciais, o que implicaria menor arrecadação de impostos.

Saiba mais sobre a conjuntura política de Minas acessando o *site* do Nesp:

Crise econômica, desmonte do estado e impasse político em Minas Gerais

Contextus, n.37, mar. 2020.

https://nesp.pucminas.br/wp-content/uploads/2020/03/Contextus-037-mar2020.pdf

A julgar pelas declarações do governo federal, não há no horizonte a expectativa de um novo pacote de ajuda ao estado ou tampouco uma extensão do auxílio emergencial. Portanto, o cenário para o ano que vem não é promissor.

Não foram apenas as mensalidades extremamente onerosas para os cofres mineiros que foram suspensas. As decisões liminares tomadas por ministros do Supremo Tribunal Federal suspenderam o pagamento de bilhões de reais referentes a dívidas do estado com a União. No início do segundo semestre, já se falava em uma cifra de R$ 132 bilhões, o que representa duas vezes mais do que a receita corrente líquida. Quando chegou dezembro, a dívida já havia escalado para R$ 144,4 bilhões.

De acordo com o Tesouro Nacional, apenas de janeiro a outubro de 2020, a dívida de Minas Gerais teve um aumento de R$ 14 bilhões. No período do governo Zema (2018-2020), a dívida do estado ultrapassou R$ 30 bilhões, como mostrou uma reportagem do jornal **O Tempo** (14 dez. 2020).

Trata-se de um valor virtualmente impagável, ainda mais quando se considera que o orçamento estadual para 2021 foi aprovado pela Assembleia com um déficit 21% maior do que o do ano de 2020. Serão R$ 105,7 bilhões de arrecadação contra R$ 121,9 bilhões de despesas.

Esses números já incorporam a expectativa de aumento das contribuições do funcionalismo, resultante da reforma previdenciária sancionada pelo governador em setembro. Na ocasião, o governo dizia esperar uma economia anual superior a R$ 2 bilhões, reduzindo o déficit previdenciário de R$ 130 bilhões. O aumento da alíquota (de 11% para 16%) passará a incidir no salário dos servidores a partir de janeiro. Não se pode descartar um novo ponto de tensionamento com os servidores, quando estes finalmente se derem conta da redução efetiva de salário que terão com o novo desconto.

Para 2021, já é esperado um acréscimo de 8,6% nos gastos com pessoal. Estarão comprometidos com essa rubrica 58,1% da receita corrente líquida. Isso significa que o limite prudencial de 57%, preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, já terá sido superado.

PRIVATIZAÇÕES, CORTES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ARROCHO DOS SERVIDORES SÃO A ÚLTIMA SOLUÇÃO, DIZ GOVERNO

A situação de calamidade financeira foi decretada ainda em 2016 e tem sido usada pelo governo estadual para justificar a manutenção das liminares que têm protegido o estado da falência completa. Junto ao Supremo, segue havendo pressão do Governo Federal pela revogação das liminares. Exige-se que Minas Gerais demonstre haver adotado as medidas de repactuação da dívida. Isso quer dizer que o estado teria de aderir ao Regime de Recuperação Fiscal.

Trata-se de uma política radical de redução de custos e investimentos, com o estrangulamento de políticas públicas e a venda irrestrita de empresas do estado. É, portanto, um conjunto de medidas muito polêmico. Para além dos motivos ideológicos que cercam a discussão sobre as privatizações, a crítica mais contundente que tem sido feita constata que a venda das empresas públicas não representa uma solução para o problema. O dinheiro arrecadado com a venda de empresas públicas seria insuficiente para sanar o déficit. No médio prazo, feitas as privatizações, o estado continuaria endividado e sem parte dos seus ativos.

Se o recurso impetrado pela Procuradoria Geral da República junto ao Supremo, em que se pede a revogação da tutela de urgência do estado for aceito, a extensão de prazo para pagamento das dívidas com a União valerá por, no máximo, seis meses e o governo terá de se comprometer com as medidas do Regime de Recuperação Fiscal.

Desde outubro de 2019, o projeto de lei pelo qual o governo pede ao Legislativo a autorização para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal está parado na Assembleia. A proposta não tem trânsito fácil

entre os deputados. Parte dos parlamentares considera que as restrições impostas pelo regime criado pelo Tesouro Nacional são duras demais, sem que o estado receba uma contrapartida capaz de solucionar os problemas econômicos e sociais.

A Assembleia Legislativa tem aprovado projetos enviados pelo governo, tais como a reforma previdenciária e, mais recentemente, chancelou unanimemente a medida que regularizava o contrato de trabalho de mais de 48 mil servidores temporários. Isso não significa que o governo possua uma base consistente. As relações entre os Poderes Executivo e Legislativo têm sido muito tensas.

Os deputados alegam que o Governo Zema transfere sua responsabilidade para o Parlamento. Um dos eventos mais desgastantes foi a autorização para antecipar os recebíveis do nióbio. Deputados se consideram enganados, na medida em que o Executivo fazia promessas de uma conclusão exitosa do negócio que, afinal, jamais saiu do papel, não obstante as negociações tensas que foram feitas, naquela época, com o Parlamento. Até mesmo deputados da base de sustentação do governo compartilharam dessa crítica feita com palavras bastante severas.

Há um consenso na Assembleia Legislativa, a situação do Governo Zema só não é pior por causa da ação dos deputados que, segundo dizem, não somente estariam aprovando as medidas governamentais, mas, em diversos momentos, as teriam inclusive aprimorado de modo a torná-las mais efetivas. O fato é que a base de apoio leal ao governo tem se mostrado precária.

Não obstante essa fragilidade, o governo mineiro insiste em afirmar que a privatização de empresas públicas é a única saída. A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) é a primeira que aparece na lista de empresas que o governo Zema deseja privatizar. Em 2019, a Assembleia Legislativa já havia aprovado a operação de venda dos créditos de nióbio, pertencentes à Codemig, antecipando um recurso de R$ 5 bilhões que, de outro modo, seriam recebidos até 2032. O valor obtido se destinava ao pagamento do décimo-terceiro salário do ano passado, mas a negociação não se concretizou na Bolsa de Valores.

Novo ano e o problema está de volta. A proposta agora é vender integralmente a empresa. A oposição tem feito críticas à solução apontada pelo governo, alegando a falta de uma atitude propositiva que passaria pela rediscussão do pacto federativo. Acusam o governo de submissão aos interesses federais, além de adesismo ideológico e acrítico à proposta de privatização, mesmo quando essa medida tem alcance desproporcional em relação à perda patrimonial que ela representa. As empresas públicas teriam, segundo dizem, um papel social que ultrapassaria seu valor econômico.

CRÉDITOS

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 04 – Sala 205
30.535-901 - Belo Horizonte – MG
Site: www.nesp.pucminas.br | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

A PUC Minas está operando em Regime Letivo Remoto e as atividades presenciais estão se mantendo de forma reduzida. Nesse período, a comunicação com o Nesp deverá ser feita pelo e-mail: nesppucminas@gmail.com

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick - VEASP
José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza

Redator

Claudemir Francisco Alves